

LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA

Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin

Organizador

DIREITO PARTIDÁRIO



Belo Horizonte



2018

Sumário:

PARTE I

DIREITO PARTIDÁRIO

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO.....	15
Referências.....	21

CAPÍTULO 2

DIREITOS PARTIDÁRIOS: EXAME CRÍTICO E PROPOSTAS SOBRE A REGULAÇÃO JURÍDICA DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

RAFAEL MORGENTAL SOARES	23
2.1 Introdução	23
2.2 Panorama do sistema partidário atual	25
2.3 Direitos existenciais.....	26
2.4 Direitos econômicos.....	32
2.5 Direitos eleitorais.....	38
2.6 Direitos políticos.....	41
2.7 Conclusões.....	43
Referências.....	44

CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS E A BUSCA DA AMPLA REPRESENTATIVIDADE: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA

ANA PAULA FULIARO	45
3.1 Introdução	45
3.2 Partido político e representação política.....	46
3.3 O partido político no Brasil: regras para criação e extinção.....	49
3.4 O partido político na Colômbia: regras para criação e extinção.....	52
3.5 Considerações finais.....	56
Referências.....	57

CAPÍTULO 4

O DECLÍNIO DO PLURIPARTIDARISMO A PARTIR DA REFORMA POLÍTICA

LAERTY MORELIN BERNARDINO	59
4.1 Introdução	59
4.2 O pluripartidarismo no Brasil.....	60
4.3 O declínio do pluripartidarismo	62
4.4 Abordagem político-jurídica do pluripartidarismo à luz da reforma política.....	64
4.5 Conclusão	68
Referências.....	69

CAPÍTULO 5

AS CANDIDATURAS AVULSAS, O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E O ESTADO DE PARTIDOS

MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA, LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI	71
---	----

5.1	Preâmbulo.....	71
5.2	O partido político no ordenamento nacional	72
5.3	O Estado de Partidos.....	73
5.4	A regulação das candidaturas entre o direito doméstico e o direito internacional.....	79
5.4.1	A jurisprudência da Corte Interamericana sobre o relacionamento entre autoridades nacionais e o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos	82
5.5	A jurisprudência da Corte IDH sobre candidaturas independentes e o controle de convencionalidade	84

CAPÍTULO 6

POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE DIREITA NO BRASIL

BRUNO BOLOGNESI, FLÁVIA ROBERTA BABIRESKI.....		89
6.1	Introdução	89
6.2	O que é a direita? Conceito e contexto	90
6.3	Os documentos partidários.....	91
6.4	Analisando os dados.....	95
6.5	Considerações finais.....	100
	Referências.....	101
	Anexo: Porcentagem de texto para cada categoria de análise	102

PARTE II

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ELEITORES E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

ÉDER RODRIGO GIMENES		109
1.1	Considerações iniciais.....	109
1.2	Partidarismo, desalinhamento partidário e democracia na literatura internacional.....	110
1.3	Partidos políticos, sistema partidário e identificação partidária no Brasil.....	117
1.4	Determinantes e efeitos do partidarismo entre os brasileiros.....	120
1.5	A emergência de sentimentos negativos: indiferenciação, alienação e antipartidarismo	124
1.6	Considerações finais.....	126
	Referências.....	127

CAPÍTULO 2

ASPECTOS POLÊMICOS E ATUAIS SOBRE FIDELIDADE PARTIDÁRIA

GABRIELA ROLLEMBERG		135
2.1	Introdução: os desafios da Justiça Eleitoral decorrentes da competência para julgar processos que tratam da infidelidade partidária	135
2.2	Fidelidade partidária: o elemento mais importante a ser considerado é o eleitor, e não o partido político.....	137
2.3	Aspectos polêmicos e atuais sobre fidelidade partidária	140
2.3.1	Fidelidade partidária em cargos eleitos pelo sistema majoritário.....	140
2.3.2	A criação da “janela partidária” e os seus efeitos	148
2.3.3	Criação de novo partido como justa causa para desfiliação	151
2.4	Considerações finais.....	158
	Referências.....	159

CAPÍTULO 3

FIDELIDADE *VERSUS* MANDATO LIVRE: A DISCIPLINA PARTIDÁRIA COMO OBSTÁCULO À RESPONSABILIDADE DO PARLAMENTAR

RICARDO SÉRVULO FÔNSECA DA COSTA		161
3.1	Introdução	161
3.2	A crise das ideologias partidárias no Brasil e seus reflexos políticos	162
3.3	A disciplina partidária, independência do exercício do mandato, a legitimação poupar e a possibilidade da migração del legendas.....	164
3.4	A influência do coronelato político nas legendas partidárias brasileiras e o resultado desse fenômeno na atuação parlamentar	167
3.5	O populismo político na América Latina e a sua repercussão nos mandatos parlamentares: o apreço às figuras políticas messiânicas no Brasil	169
3.6	A crise de credibilidade e a criminalização da atividade política: um risco à democracia	171
3.7	O fenômeno das redes sociais e a influência na responsividade parlamentar.....	173
3.8	O Estado de Direito, o Estado Democrático de Direito, a maturação da democracia e os efeitos nos mandatos parlamentares.....	174
3.9	Considerações finais.....	176
	Referências.....	177

PARTE III
PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS

CAPÍTULO 1

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS	181
1.1 Notas de introdução.....	181
1.2 A transparência no ordenamento jurídico	183
1.3 Abrangência do princípio da transparência na prestação de contas partidárias	183
1.4 Desafios para as eleições de 2018	186
1.5 Conclusão	188
Referências.....	189

CAPÍTULO 2

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS: O DEVER DE PRESTAR CONTAS E A EVOLUÇÃO DO INSTITUTO NO BRASIL

DENISE GOULART SCHLICKMANN	191
2.1 Introdução	191
2.2 Partidos políticos e o dever de prestar contas.....	191
2.3 A evolução das normas de prestação de contas partidárias no Brasil.....	195
2.4 Do exame formal ao processo administrativo que julga as contas e deste à implementação do processo judicial de prestação de contas partidárias – O impacto da evolução normativa	200
2.5 Considerações finais.....	203
Referências.....	204

CAPÍTULO 3

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS: INEFICIÊNCIAS E LACUNAS

KAMILE MOREIRA CASTRO, RICARDO REGIS RODRIGUES DA SILVA.....	207
3.1 Introdução	207
3.2 Problemática do tema	208
3.3 Conclusão	221
Referências.....	223

CAPÍTULO 4

TOMEMOS A SÉRIO O DEBATE EM TORNO DO COMPLIANCE PARTIDÁRIO: UMA PRIMEIRA REFLEXÃO CRÍTICA DOS PROJETOS DE LEI NºS 60/2017 E 429/2017, DO SENADO FEDERAL. EM BUSCA DE UM MODELO EFETIVO

MARIA CLAUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO.....	225
4.1 De que aspectos da vida partidária deve cuidar um programa de integridade e o que se deve dele esperar – Programas de integridade x programas de conformidade – A inaplicabilidade da LOC aos partidos políticos – Prestação de contas partidárias – Programas de <i>compliance</i> e autonomia partidária – A democracia interna dos partidos políticos como elemento imprescindível para o desenvolvimento de uma cultura de transparência e controle	229
4.2 Qual a melhor forma de implementar uma política de <i>compliance</i> partidário? Obrigatoriedade pura e simples do programa ou introdução da política de integridade como forma de atenuação de penalidades no contexto de responsabilização objetiva dos partidos políticos? Pela construção de um modelo misto, de obrigatoriedade e incentivos (“varas e cenouras”) – A inviabilidade de imposição irrestrita do sistema de <i>compliance</i> a todas as esferas partidárias, indistintamente – O exemplo espanhol.....	241
4.3 Análise crítica geral dos Projetos de Lei nºs 60/2017 e 429/2017.....	245
4.4 A Medida nº 8 inserida no pacote de combate à corrupção apresentado pelo Ministério Público – Da responsabilização objetiva dos partidos políticos	248
4.5 Conclusões iniciais	250

PARTE IV
DIREITO DE ANTENA

CAPÍTULO 1

DIREITO DE ANTENA E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO POLÍTICA

PAULA BERNARDELLI	255
1.1 Introdução	255

1.2	O Direito de Antena	255
1.3	A liberdade de expressão política	259
1.4	Os limites do conteúdo divulgado por partidos e candidatos no exercício do Direito de Antena	260
1.5	As medidas judiciais para controle dos excessos.....	263
1.6	Conclusão	264
	Referências	265

CAPÍTULO 2

A LIBERDADE DE EXPOSIÇÃO E A COOPTAÇÃO PARTIDÁRIA EM TEMPOS DIGITAIS

MARCELO WEICK POGLIESE	267
------------------------------	-----

CAPÍTULO 3

A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE OS CANDIDATOS E A DESSIMETRIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO

VOLGANE OLIVEIRA CARVALHO, FREDERICO FRANCO ALVIM		281
3.1	Introdução	281
3.2	O direito de sufrágio passivo no ordenamento jurídico brasileiro	282
3.2.1	Breve memória da participação política passiva: o patrimonialismo político brasileiro	282
3.2.2	Novas perspectivas para o sufrágio passivo: o candidato detentor de direitos.....	284
3.3	Sufrágio passivo <i>versus</i> equidade eleitoral: interações e contradições	287
3.4	A distribuição do tempo de propaganda eleitoral e a igualdade de oportunidades	291
3.4.1	Histórico legislativo	291
3.4.2	Crítica ao modelo brasileiro	293
3.5	O <i>case</i> das eleições presidenciais brasileiras: o tempo de propaganda desequilibra a disputa?	296
3.5.1	Estudo dos dados referentes à distribuição do tempo de propaganda eleitoral nas últimas eleições presidenciais	296
3.6	Considerações finais.....	301
	Referências.....	302

PARTE V

DEMOCRACIA INTERNA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA INTERNA DOS PARTIDOS

JOSÉ LUÍS BLASZAK.....	307
1.1 Considerações iniciais.....	307
1.2 A formação e a organização dos partidos na Constituição da República e na legislação infraconstitucional	307
1.3 Comissão provisória – Um órgão temporário.....	310
1.4 O uso antidemocrático das comissões provisórias.....	313
1.5 Participação feminina nos diretórios	320
1.6 A necessária democracia interna.....	322
1.7 A Justiça Eleitoral, em todo e qualquer tempo, como sede para dirimir todas as questões de natureza <i>interna corporis</i> dos partidos políticos.....	325
1.8 Conclusão	325
Referências.....	326

CAPÍTULO 2

DEMOCRACIA INTERNA E O FENÔMENO DA OLIGARQUIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

RAYMUNDO CAMPOS NETO		327
2.1	Introdução	327
2.2	Autonomia dos partidos políticos	327
2.3	Processo de oligarquização	330
2.4	O princípio democrático e os partidos políticos	338
2.5	Considerações finais.....	341
	Referências.....	342

CAPÍTULO 3

DEMOCRACIA PARITÁRIA INTRAMUROS

DIANA PATRÍCIA CÂMARA	343
3.1 Democracia paritária	345
3.1.1 Políticas paritárias intramuros: necessidade de mudanças de postura em relação às mulheres e às minorias	346
3.1.1.1 Estabelecimento de quotas, reserva de sexo e reserva de verbas do Fundo Partidário como ações afirmativas para alcançar a paridade	348
3.1.2 A necessidade de fortalecer os partidos políticos e democratizar o acesso das minorias e vulneráveis aos espaços de poder	352

CAPÍTULO 4

OS DESAFIOS NA DEMOCRACIA INTERNA PARTIDÁRIA BRASILEIRA: POSSÍVEIS FERRAMENTAS DE ATUAÇÃO PROCEDIMENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS PARA SUA ARTICULAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DE APROXIMAÇÃO COM O CIDADÃO

ANA CRISTINA FERRO BLASI	355
4.1 Introdução	355
4.2 Democracia interna dos partidos políticos	356
4.3 Partidos políticos e os desafios de representatividade	359
4.4 Possíveis ferramentas de atuação procedimental das organizações partidárias para sua articulação sociopolítica de aproximação com o cidadão brasileiro	362
4.5 Conclusão	365
Referências	366

CAPÍTULO 5

DA PREVISÃO LEGAL AO APRENDIZADO INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES INTERNAS E COMISSÕES PROVISÓRIAS NOS PARTIDOS BRASILEIROS

PEDRO FLORIANO RIBEIRO, BRINA DEPONTE LEVEGUEN, LUÍS G. BRUNO LOCATELLI, PEDRO PAULO F. B. DE ASSIS	369
5.1 Introdução	369
5.2 Dilemas e implicações da regulação estatal sobre os partidos políticos	371
5.3 Legislação partidária no Brasil	374
5.4 Intervenções e comissões provisórias nos partidos brasileiros: dados exploratórios	378
5.5 Considerações finais	383
Referências	383

PARTE VI

CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E SUA INEXORABILIDADE PARA O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1

CONVENÇÕES: ATO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

DELMIRO DANTAS CAMPOS NETO, MARIA STEPHANY DOS SANTOS	389
1.1 Introdução	389
1.2 Considerações iniciais	390
1.3 Convenções partidárias: o estopim das eleições?	392
1.4 Competência para apreciar e julgar os conflitos internos nos órgãos diretivos de partido político	397
1.5 Considerações finais	399
Referências	400

CAPÍTULO 2

A CONVENÇÃO PARTIDÁRIA COMO INSTRUMENTO PARA O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA

VIVIAN DE ALMEIDA GREGORI TORRES	403
2.1 Introdução	403
2.2 Democracia: conceito e elementos	404
2.3 Partidos políticos: estrutura e função	411
2.4 Convenções partidárias: características e caráter democrático	417
2.5 Conclusões	420
Referências	421

SOBRE OS AUTORES	423
------------------------	-----